

# Abordagens sobre a literatura de Avaliação em Políticas Públicas: estudos preliminares

Karl Schurster<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Pós Doutor em História, Doutor em História Comparada pela UFRJ, professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco e do Mestrado Profissional em Desenvolvimento Local Sustentável da Universidade de Pernambuco, Brasil. E-mail: karl.schurster@gmail.com

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo um estudo preliminar e sistemático sobre a literatura de avaliação de políticas públicas com o intuito de poder melhor problematizar os diversos caminhos e propostas para tal área do conhecimento. Nesse aspecto, antes de adentrarmos propriamente na literatura sobre avaliação faremos uma discussão sobre a relação entre Estado e sociedade procurando entender o que ambos apreendem como política e como a fazem e dela participam. Portanto, definir conceitos chaves como o de Estado, sociedade e política e como os mesmos são fundamentais para a discussão de avaliação de políticas públicas, buscando sempre uma perspectiva relacional é o centro de gravidade desse artigo.

Palavras-chave: Estado, políticas públicas, avaliação.

## **Some approaches towards public policy's evaluation literature: preliminary studies**

**Abstract:** This paper aims at a preliminary and systematic study of the literature evaluation of public policies with the power to order better to question the various paths and proposals for this area of knowledge. In this respect, before we enter properly in the literature review we will discuss about the relationship between state and society seeking to understand what both perceive as politics and how they do it and participate in it. So set key concepts such as state, society and politics and how they are fundamental to public policy evaluation discussion, always seeking a relational perspective is the center of gravity of this article.

**Keywords:** State public policy, evaluation.

## **1 INTRODUÇÃO**

Avaliar políticas e programas sociais é uma atividade bastante complexa, porém necessária. A avaliação configura-se como uma importante ferramenta fornecedora de informações e permite que os mais variados aspectos de uma política, programa ou projeto sejam analisados. A literatura especializada traz importantes questionamentos relativos à avaliação, por isso, torna-se imprescindível debatê-la. Neste arti-

go, pretendemos abordar, alguns aspectos que julgamos de fundamental importância para tratar do objetivo principal deste trabalho que é a problematização da literatura sobre avaliação das políticas públicas. Para tal intento, acreditamos ser de relevância um debate prévio sobre a relação entre Estado e Sociedade para contextualizarmos as políticas públicas e suas avaliações. Além disso, discutimos, sucintamente, o conceito de política e para chegarmos ao epicentro da questão da avaliação apresentando e debatendo autores de fundamental importância para a temática.

## 2 PROBLEMATIZANDO O CONCEITO DE ESTADO

Um dos maiores problemas encontrados nos conceitos formais da sociologia política quando se trata da definição de Estado está no tratamento de referência ao termo. Em grande parte essas definições estão atribuindo ao conceito mais formas, procedimentos do que um entendimento sobre suas funções, relações de interesse e resultados. Neste aspecto, podemos entender que a definição de Estado não deve estar atrelada a normas e procedimentos e sim as funções. O que define o Estado não é a natureza do próprio em relação a si, mas a sua prática, a sua arte de fazer. O que faz o Estado ter sentido fora de si é sair do âmbito do parâmetro formal e entrar no âmbito da governamentalidade. Por isso, o Estado, por mais que atribua sentido em si e para si, necessita de uma legitimação afirmadora fora de si, e esta, só pode ser encontrada na sua relação com a sociedade que muitas vezes se dá no esteio das políticas sociais. É no texto do conhecido teórico Calus Offe que encontramos a informação de que a redução das definições de Estado e democracia a meras categorias de procedimento perdura e progride desde a Primeira Guerra Mundial. (OFFE, 1984, p.11) Segundo Offe, há uma necessidade intelectual de uma definição funcional do Estado ou de áreas específicas da atividade estatal (OFFE: 1984, p.11), identificando assim os limites da própria atuação do Estado.

Estas variantes da problemática de definição do Estado nos remetem a mais uma questão de cunho teórico, envolto na discussão de Max Weber e a visão conceitual de que o Estado é o detentor do *monopólio da violência*: "O Estado é uma comunidade humana que pretende, com êxito, o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um determinado território." (WEBER: 1963, p.98) Há, evidentemente, uma redução explicativa do próprio conceito quando nos deparamos com a explicação de Weber. Para Offe o problema desta assertiva se dá porque a mesma não explicita e/ou aprofunda a orientação em relação a esta natureza da violência. Poderíamos alongar a discussão proposta por Weber se questionássemos quem exerce e contra quem está dirigida esta violência.

Está muito claro para vários autores, e neles podemos incluir Weber, Offe e até mesmo mais distante dos dois, Foucault, que o Estado teria uma função especificamente repressiva, como as instituições num âmbito geral. Porém, o que afasta estes

autores é justamente a forma de como esta repressão é exercida e como a população cria seus espaços de desvios desta, quando possível.

A tese central de textos como *Problemas Estruturais do Estado Capitalista* e do *Nascimento da Biopolítica* esta na comprovação desta função repressiva e reguladora do aparelho estatal, o que para Foucault, por exemplo, vai diferir nestas práticas de repressão será o tipo de governamentabilidade, tornando assim o *modus operandis* singular em cada Estado.

Há uma necessidade de identificar a emergência de um certo tipo de racionalidade na prática governamental, um certo tipo de governar com base no Estado e na construção de uma governamentabilidade. Por isso, a construção elucidada por Foucault quando remonta a hipótese de que a prática governamental se exerce com um papel já dado e um a construir, entendendo assim que existe, de certa forma, um Estado que existe e um que ainda não existe suficientemente, sendo moldado diariamente pela arte da governamentabilidade. (FOUCAULT: 2008, p.06) Foucault nos atenta para a questão de que a razão de Estado é precisamente a racionalização de uma prática que se situa entre as margens de um Estado dado e um Estado a se edificar. Assim, a arte de governar estabelece regras de racionalização das maneiras de fazer trazendo uma ligação entre um dever-ser estatal e um tornar-se ser. (FOUCAULT: 2008, p.06)

É nesta relação que a discussão entre Estado e sociedade envolve uma abordagem sobre o conceito da política. Para Heywood a política é a atividade na qual as pessoas elaboram, alteram e preservam as regras gerais em que vivem, entendendo a política como um fenômeno ligado à coletividade tangenciando a resolução de conflitos bem como a cooperação. (HEYWOOD: 1997). Neste aspecto discordamos da filósofa alemã Hannah Arendt quando aponta a política como uma resolução de conflitos e utilizamos a visão do francês Michel Foucault que entende a política mais como uma mediação de conflitos do que da resolução propriamente dita.

Heywood, como Foucault, mostra que o Estado exerce a política através de uma governança, ou governamentabilidade, identificada como arte de governar por ambos.<sup>1</sup>

A política tem sido debatida exaustivamente por diversos teóricos no decorrer da história. Um dos problemas fundantes e significativos que permeiam o campo das discussões sobre política a considera como algo que diz respeito ao Estado como se existisse uma esfera apenas estatal esquecendo que o que faz esta esfera existir, ter sentido e legitimidade é a sociedade que por excelência é um campo da política.

É nesta problemática que está envolvida a política social. Longe de ser uma solucionadora dos problemas sociais com um todo, a política social é uma mediadora de conflitos, uma mediadora de interesses como qualquer política. E como toda política, é limitada pela sua própria esfera de função. A própria figura do Estado tem como uma das suas principais características o reconhecimento que é uma instituição limi-

---

<sup>1</sup> Para maiores indicações sobre a discussão da arte de governar ver: FOUCAULT, Michel. Op. Cit.; HEYWOOD, A. Op. Cit.

tada em suas funções. Partindo disso, podemos entender que as políticas sociais configuram-se como um exercício político constante do Estado para preencher parcialmente suas limitações trazendo parte considerável da população para seu lado e assim ampliando sua esfera de legitimação.

A questão da avaliação das políticas públicas, sejam elas de Estado e/ou governo, é um tema bastante controverso, mas fundamental para ser debatido perante estas análises levantadas sobre a governança/governamentabilidade. A governança é um ato contemporâneo e muitas vezes externo ao próprio Estado. A avaliação de política é algo ainda mais recente estando temporalmente alocada no final, parafraseando o historiador Eric Hobsbawm, do *breve século xx*. O processo contínuo de ampliação das avaliações de política tem se dado no âmbito do discurso de modernização da gestão governamental. Como nos mostra Carlos Aurélio Faria, este é um contexto de dinamização e legitimação da reforma do Estado. (FARIA: 2005)

Neste sentido, as avaliações de políticas estão imersas num jogo de relações macro que envolve o que chamamos de Nova Ordem Mundial ou um mundo globalizado e conseqüentemente as transformações, reestruturações das funções do Estado e da própria arte de governar no fim do século XX.

Assim, a avaliação é algo que serve por um lado aos interesses da sociedade civil e por outro serve, sobretudo, aos interesses do Estado que se reestrutura para melhor exercer seu 'domínio' sobre a esfera privada do social. Para melhor entendimento destas questões torna-se necessária uma discussão sobre o que é avaliação de política, quais suas variantes e questões em torno até mesmo de seus aspectos semânticos.

### 3 UMA DISCUSSÃO SOBRE AVALIAÇÃO POLÍTICAS DE POLÍTICAS

A década de 1960 representa uma grande quebra de paradigmas. Nela está localizada o início da Guerra do Vietnã, a morte do presidente norte-americano J. Kennedy, o protesto estudantil em maio de 1968, a Primavera de Praga, a implementação da Doutrina de Segurança Nacional na América Latina, o processo de descolonização da África. É por excelência uma década multifacetada e não seria diferente no âmbito da política em seu estado de governança.

As dificuldades encontradas pelos formuladores de políticas em detrimento de uma maior complexidade frente aos acontecimentos e ao próprio crescimento da demanda levou gradualmente a busca de novas alternativas, de novas propostas e soluções para as políticas de Estado e/ou governo. A atenção e desprendimento dado por parte dos diversos pesquisadores das Ciências Sociais abriram espaço para tornar as questões ligadas às políticas públicas um campo específico de estudo. Foram estes dois aspectos que permearam a amplitude da questão avaliativa que crescia consideravelmente tanto no âmbito governamental quanto no acadêmico.

A década de 1970 foi marcada por uma maior ampliação da avaliação das Políticas Públicas, seja pela maior aceitação dessa ferramenta, que passou a fazer parte da prática de Estados e governos, seja por parte dos crescentes estudos acadêmicos sobre a temática. Nos idos de 1980/1990, período da implementação da política dita neoliberal, foi posta a serviço da reforma do setor público. Mais especificamente na década de 1980 a avaliação estava a cargo de uma função de fiscalizar a alocação racional de recursos para implementação de políticas, constituindo assim, quase que uma espécie de “auditoria” dos gastos do Estado. Efetivamente, os anos 1990 são de reforma e reestruturação das máquinas estatais de da própria arte de governar, neste sentido a avaliação também sofrera modificações. Em especial, na América do Sul, que vivenciou o período de redemocratização, a avaliação entrou na agenda governamental para medir o desempenho e eficácia dos governos e de suas políticas públicas. Apesar do grande crescimento nestas décadas a avaliação de políticas ainda é um campo em expansão que encontra bastante dificuldade, em especial no Brasil, devido a faltas de investimentos mais sistemáticos e de metodologias específicas para suas particularidades, além de ser uma área bastante recente.

Podemos partir de dois campos semânticos iniciais sobre a discussão das avaliações para melhor compreendê-la: avaliação e avaliar. Etimologicamente estas palavras são variantes de um mesmo significado, porém detêm significantes próximos, mas distintos. Entendemos avaliação como um procedimento de valoração estabelecido por quem avalia. Avaliar pode ser definido como a determinação de valoração, de valor a algo. Enquanto a avaliação tem como foco a verificação de progresso, no sentido de mudança qualitativa, avaliar é uma conjectura sobre a qualidade, atribuindo valor e significância ao objeto em questão. Então, avaliação seria o ato de avaliar em sua prática. Portanto, avaliar teria como desdobramento a própria avaliação.

No que tange o processo avaliativo, em questão neste trabalho, alguns autores como Figueiredo e Lobato nos apontam para um debate contemporâneo entre avaliação de política e avaliação política. Por avaliação de política entendemos:

A análise crítica do programa (política) com o objetivo de apreender, principalmente em que medida as metas estão sendo alcançadas, a que custo, quais os processos ou efeitos colaterais estão sendo ativados (previstos ou não previstos, desejáveis o não desejáveis) indicando novos cursos de ação mais eficazes. (*Apud*: FIGUEIREDO; FIGUEIREDO. 1986, p.108)

A avaliação de política está inserida no plano macro, pois, é ela quem trás a necessidade que uma avaliação política seja incorporada no processo avaliativo de políticas públicas. Portanto, a avaliação política está ligada a análise da conjuntura de elaboração das políticas no meandro da governança e como tais encaminhamentos de ordem política se inserem na arena de disputa pertencente ao próprio jogo da política.

Partindo do pressuposto de que toda avaliação atribui valores, um dos fatores primordiais no processo avaliativo é a identificação das escolhas, das alternativas do projeto político social. Neste sentido, estamos pautando para discussão a necessidade de percorrer o caminho que leva os governos a optarem por tais tipos de políticas e projetos em detrimento a outros. É através desta discussão que Figueiredo, utilizando-se das premissas de Brian Barry, aponta para a separação entre Avaliação Política e Avaliação de Política. Para os autores, a primeira estaria ligada ao clareamento dos critérios de seleção que fundamentam e tornam preferíveis determinadas políticas. Assim, torna-se imprescindível para avaliação de quaisquer políticas sociais a análise dos debates que a tornaram possível, legível e representativa na arena decisória da política antes de ser implementada. A Avaliação de Política seria o processo avaliativo recorrente durante uma política implementada que já teria ultrapassado a arena decisória podendo acontecer no decorrer de sua implementação, bem como, posterior a sua realização. Com isso, percebemos que um caminho possível seria uma junção entre estes dois processos de Avaliação onde os mesmos se identifiquem como etapas de um conjunto maior de Avaliação que se configura como algo complexo e multifacetado.

Toda avaliação exige uma definição rigorosa de critérios e metodologia deixando claras as finalidades da avaliação. É necessário que o avaliador defina quais suas preferências, a natureza e o tipo da avaliação, estas escolhas configuram-se no que Draibe denomina *estratégia de avaliação*.

Draibe ainda atenta para a distinção quanto à abrangência em escala decrescente entre política, programa e projeto enfatizando o recorte que deve ser dado pelo avaliador assinalando que tudo pode ser avaliado desde que se disponha de recursos intelectuais, materiais e metodológicos. Enfatiza que as avaliações respondem a distintos objetivos, sendo necessário definir o que se pretende avaliar. Utiliza a expressão *pesquisa avaliação*, partindo do pressuposto de que através da investigação que é feita no processo avaliativo um novo conhecimento será produzido. Para melhor entendimento da pesquisa avaliativa (avaliação) algumas definições são necessárias. Descreveremos de maneira sucinta algumas possibilidades apontadas por Draibe. A primeira diz respeito ao tempo que pode ser definido por *ex-ante*; que geralmente ocorre na fase de formulação, podendo ser definida como avaliação diagnóstico, e *ex-post*; que são feitas durante ou após a execução do programa para verificar os graus de *eficiência*, *eficácia* e *efetividade*.

A autora entende por eficácia à relação entre características e “qualidades” dos processos e sistemas de sua implementação, de um lado, e os resultados a que chega, de outro, ou seja, a avaliação de eficácia é por natureza uma avaliação de processo, pois atingem graus satisfatórios de eficácia quando os resultados são atingidos em menor tempo, menor custo e mais alta qualidade, e isso depende dos processos e sistemas adequados de implementação. A efetividade de um programa se mede pelas quantidades e níveis de qualidade com que realiza seus objetivos específicos, isto



é, as alterações que se pretende provocar na realidade sobre a qual o programa incide. (DRAIBE: 2001, p.36). E, a eficiência diz respeito às qualidades de um programa relativas ao tempo e aos custos, constituindo a relação entre os resultados e objetivo, as medidas de custo/ benefício seriam os melhores indicadores da eficiência de um programa.

Ainda referente às possibilidades Draibe nos diz que a natureza das avaliações pode ser de *processos* e *resultados*. A avaliação de resultados consiste em investigar se os objetivos de um projeto foram cumpridos e com que qualidade foram cumpridos e tendo como foco o desenho, as características organizacionais e de desenvolvimento dos programas, detectando os fatores que durante a implementação facilitam ou impedem que os resultados esperados sejam alcançados. Para a avaliação de resultados é necessário que se construam indicadores. Os indicadores são os instrumentos pelos quais são aferidos os graus, as quantidades e os níveis de qualidade com que as metas foram cumpridas.

A tese central da Draibe está focada na teoria de elaboração da avaliação de processos. Seus escritos nos remetem a métodos de avaliação no decorrer das políticas públicas. Segundo a autora nas implementações devem ser definidas as estratégias, chamada de anatomia do processo geral de implementação. Ela nos fala que a configuração de como foi implementada a política pública altera a forma inicial do programa por isso a importância de analisar as estratégias de implementação para perceber o caráter complexo da avaliação bem como ter a percepção que o projeto inicial é alterado quando posto em prática.

Corroborando com Draibe, Marta Arretche nos remete a uma análise próxima da autora citada acima com o intuito de ampliar o debate e de contribuir para podermos fazer avaliações menos ingênuas, alertando também para a alteração do desenho formulado quando da idealização das políticas públicas durante sua implementação.

Arretche aponta algumas tendências de avaliação de políticas públicas, mostrando que a avaliação pode ser vista como instrumento democrático ao possibilitar o exercício do controle sobre as ações do governo, por parte da sociedade e do próprio governo em poder controlar as agências executoras de políticas. Assim, assinala a necessidade de que as avaliações sejam feitas por órgãos independentes ao afirmar que:

(...) instituições independentes tem maiores condições e incentivos para, com base em critérios valorativos e objetivos definidos, montar instrumentos adequados para responder à questão da relação entre políticas, seus processos e resultados, que são condições necessárias ao bom governo. (ARRETCHÉ: 2006, p.38)

Como as avaliações podem ser internas e externas a autora salienta a importância das avaliações externas devido ao olhar do avaliador estar menos imbuído do próprio processo de criação e implementação do projeto e com isso poder observá-lo e avali-

á-lo com um olhar de estranhamento, o que o não deriva em imparcialidade, mas em certo distanciamento do objeto avaliado.

Karen Mokate em seu texto *Convertiendo el monstruo em aliado: la evaluacion como herramienta de la gerencia social*: mostra como a avaliação é importante para a gerencia de programas: “La evaluación parece ser um instrumento *sine qua non* de la gerencia adaptativa y enfocada em resultados” (MOKATE: 2000. p.04), pois a mesma poderia ser entendida como uma ferramenta fundamental e não como uma ameaça, como uma fiscalização externa, mas que agrega informações úteis ao programa. A avaliação é vista por muitos executores de políticas públicas, segundo a autora, como uma intervenção a iniciativa proposta e neste sentido seria identificado como um processo ‘fiscalizador’ da equipe gestora e dos procedimentos por eles implementados. Sua obra aponta para a direção que mais que um ‘monstruo’ a avaliação é uma forma de repensar a política pública tal qual esta sendo implementada melhorando através do desvelar de problemas e intempéries nos percursos percorridos durante seu processo. Portanto, a autora trás a quebra de uma fala institucionalizada, pautada por uma tradição de fala do lugar de quem aplica as políticas para mostrar que a prática da avaliação pode ser em muito salutar para o desenvolvimento das próprias políticas públicas.

A autora Maria do Carmo Brant de Carvalho em seu texto *Avaliação participativa: uma escolha metodológica* trás uma critica a visão tradicional da avaliação de políticas públicas direcionando sua visão para a idéia de uma avaliação compartilhada, participativa, onde os beneficiários estariam efetivamente como agentes avaliadores destas políticas:

(...) a avaliação tradicional tem sofrido fortes criticas: pelo seu caráter externo; pelas debilidades metodológicas apresentadas; pela sua preocupação demasiada com eficiência e portanto, pela sua incapacidade de apropriar-se do conjunto de fatores e variáveis contextuais e processuais, que limitam ou potencializam resultados e impactos. (CARVALHO: 2006.p. 87)

Segundo esta visão a avaliação volta-se à apresentar a efetividade do gasto público bem como a eficácia dos serviços e programas oferecidos. A autora expressa que “é preciso uma concepção totalizante de avaliação que busque apreender a ação desde a sua formulação, implementação, execução, resultados e impactos. Deve-se, portanto fazer uma avaliação de processos não apenas de impactos” (CARVALHO: 2006.p. 88)

Afirma ainda que a avaliação de políticas e programas tem assumido um caráter ético no que tange ao controle social, pois sendo contínua se configura como ferramenta importante ao oferecer diversos tipos de informações e que a avaliação participativa vem ganhando destaque tendo em vista que não se trata mais de uma opinião externa englobando a agentes envolvidos no programa e os beneficiários, signifi-



cando oportunidades de reflexão crítica. Este tipo de avaliação é baseada metodologicamente no que chama de *pesquisa-ação* tendo em seu eixo a participação de variados atores sociais compreendendo os formuladores, gestores, implementadores e beneficiários. A incorporação dos mais variados sujeitos, dentre outros aspectos, retira do avaliador o papel de ser o único a estabelecer valor, o caráter valorativo passa a ser construído através da coletividade e as informações e conhecimentos permitem a apreensão da totalidade ou “quase” totalidade do Programa, contribuindo para a democratização das informações, das decisões e permitindo que haja participação cidadã nas várias fases do desenvolvimento das políticas públicas.

#### 4 CONSIDERAÇÕES

Pensar e discutir as teorias das avaliações de políticas públicas nos serve de ferramentas tanto para problematizar as próprias avaliações como as próprias políticas públicas. As avaliações devem ser pensadas conforme as políticas para que um método não se transforme em algo rígido sem a flexibilidade que demanda o objeto. O próprio desenho do método avaliativo já nos faz repensar a própria escolha de determinada política e como está sendo posta em prática. A avaliação deve ser um método sistemático de acompanhamento rigoroso e criterioso para com os projetos e políticas implementados pelo Estado.

Este trabalho teve como intenção um aprofundamento nas discussões contemporâneas referentes a avaliação de políticas públicas e como esta discussão esta posta na própria relação com as políticas públicas em si. Assim, longe de encerrar o debate este texto apenas alça pontos para uma reflexão e aponta a complexidade da ferramenta avaliativa mostrando variadas correntes e concepções sobre um tema ainda controverso que vem ganhando cada vez mais espaço tanto na academia quanto nas próprias gestões das políticas governamentais. Não há dúvidas que a discussão de cunho marxista sobre o processo avaliativo trouxe grande contribuição para a área através dos esforços em estudar e problematizar a relação entre Estado e sociedade civil pelo cunho da luta de classes e dos parâmetros das relações de força. Porém, em alguma medida, a dinâmica dessa natureza foi se mostrando mais complexa e profunda necessitando de amplas revisões e até mesmo reformulações para seguir acompanhando as contradições inerentes ao tempo presente.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRETCHE, Marta. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth; *El Ali. Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*. São Paulo. Cortez. 2006.
- \_\_\_\_\_. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA & CARVALHO (ORGS). *Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais*. SP:IEE/PUC-SP, 2001.

- COHEN, E. e FRANCO, R. 1993. Avaliação de Projetos Sociais. Petrópolis: Vozes, 2a. ed., 1993.
- DRAIBE, Sônia Miriam. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA & CARVALHO (ORGS). *Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais*. SP: IEE/PUC-SP, 2001.
- ELIAS, F. T. S. e PATROCLO, M. A. de A. Utilização de pesquisas: como construir modelos teóricos para avaliação? Ciências e Saúde Coletiva, vol.10, n.1, 2005.
- FARIA, Carlos Alberto de. *A política de avaliação de políticas públicas*. Revista brasileira de Ciências Sociais, vol 20. Nº59. 2005.
- FIGUEIREDO, M. F.; Figueiredo A. M. C. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. Belo Horizonte: 1986.
- FOUCAULT, Michel. *O Nascimento da biopolítica*. São Paulo. Martins Fontes. 2008.
- HEYWOOD, A. *politics*. London. Macmillan, 1997.
- LABRA, E. 2007. Existe uma política de participação e controle social no setor saúde? Contribuições para um debate urgente. Rio de Janeiro, Cebes.
- LOBATO, L. Avaliação de políticas sociais: notas sobre alguns limites e possíveis desafios. *Trabalho, Educação e Saúde*, 2(1):95-106, 2004.
- \_\_\_\_\_. ET al. Avaliação do Benefício de Prestação Continuada. Relatório de Pesquisa. UFF/MDS, 2006.
- MOKATE, K. (2000) " Convertiendo el 'monstruo' en aliado: la evaluacion como herramienta de la gerencia social", INDES/BID, Washington
- OFFE, Claus. *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro. 1984.
- VIANA, A. L. Abordagens metodológicas em políticas públicas. *Revista de Administração Pública*. 1995.
- WEBER, Mas. *Política como vocação*. In: Ensaios de Sociologia. Rio de Janeiro. Biblioteca de Ciências Sociais. Jorge Zahar. 1963.

*Artigo recebido em 08 de janeiro de 2015.*

*Aprovado em 24 de fevereiro de 2015.*